



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO JARDIM - PE

CONCURSO PÚBLICO 2015

CADERNO DE PROVA

NÍVEL SUPERIOR

Prova: Procurador Jurídico

Dia: 17 de janeiro de 2016

Leia com atenção:

SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- Uma folha destinada às respostas das questões objetivas.

TEMPO

- 3h é o tempo disponível para realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas da prova objetiva;
- 1 hora após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- 30 minutos antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Após o término da prova o candidato não poderá fazer uso dos sanitários.

INFORMAÇÕES GERAIS

- A prova contém 40 questões objetivas de múltipla escolha;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento; leia atentamente as instruções para preencher a Folha de Resposta;
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados;
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da Folha de Respostas em caso de erro;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na Folha de Resposta da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização da prova;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua folha de respostas;
- Os três últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após os três terem devolvido o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas.

NOME: _____ SALA: _____

INSCRIÇÃO: _____ IDENTIDADE: _____ ORGÃO/UF: _____

PROVA: Língua Portuguesa

Texto 1

A sociedade inclusiva e a cidadania das pessoas com deficiência

A ideia de cidadania implica várias abordagens que, aliás, se transmudaram ao longo da história humana. A democracia grega, que se materializava na Ágora pela participação direta dos cristãos, era, na verdade, exercida pela acentuada minoria dos habitantes, visto que eram dela titulares apenas os homens gregos livres. As mulheres, os escravos e os estrangeiros representavam um número dez vezes maior do que aqueles que votavam.

De qualquer modo, a semente foi lançada e a construção dessa ideia vem acompanhando a evolução da civilização. O exercício dos poderes políticos, a possibilidade de votar e ser votado, as liberdades individuais e a condição de destinatário das ações estatais, com vistas à implementação da dignidade da pessoa, são os elementos que nutrem o complexo conceito de cidadania.

No início da Era Moderna, firmou-se a concepção de cidadania como oposição ao Estado; forjaram-se as liberdades fundamentais, bem como as limitações das ações daquele para que tais liberdades se concretizassem; fixaram-se, outrossim, a prevalência da vontade da maioria e o primado da igualdade de todos perante a lei.

Embora as conquistas acima enumeradas, a partir da Revolução Francesa de 1789, tenham possibilitado a consolidação da concepção de cidadania de que falamos, não foram suficientes, pois constatou-se que a mera declaração formal das liberdades nos documentos e nas legislações esboroava, ruía, frente a inexorável exclusão econômica da maioria da população. Tratou-se, então, já no século XIX, de se buscar os direitos sociais como ações estatais que compensassem aquelas desigualdades, municiando os desvalidos com direitos implantados e construídos de forma coletiva, em prol da saúde, da educação, da moradia, do trabalho, do lazer e da cultura de todos.

Foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial, porém, que a afirmação da cidadania se completou, de vez que, só então percebeu-se a necessidade de valorizar a vontade da maioria, respeitando-se, sobretudo, as minorias, suas necessidades e peculiaridades. Ou seja, verificou-se claramente que a maioria pode ser opressiva a ponto de conduzir legitimamente ao poder o nazismo ou o fascismo.[...]

A sociedade deve, portanto, superar os paradigmas da mera afirmação da igualdade de todos perante a lei, com que o art. 5º da constituição, e agir, efetivamente, para que a igualdade substancial de participação política, econômica e profissional de todos garanta também a fruição das benesses sociais do acesso ao lazer, à cultura, à educação, à saúde e à moradia. São as chamadas ações afirmativas em

favor das minorias que, até o presente, não tiveram sequer acesso à oportunidade de acesso à cidadania.

Eis aí o fundamento primeiro das políticas em favor de quaisquer minorias. Quanto às pessoas com deficiência, estamos superando o viés assistencialista e caridosamente excludente para possibilitar-lhes a inclusão efetiva. Passarão a ser sujeitos do próprio destino, não mais meros beneficiários de políticas de assistência social.

[...]

FONSECA, R.T. M. da www.ipub.ufrrj.com.br acesso em 27/11/2015

Questão 01

Em seu conteúdo global, o texto evidencia:

1. As ideias vigentes, que se relacionam totalmente com os aspectos socioculturais hodiernos.
2. Argumentos coerentemente defendidos pelo autor, contendo, inclusive, embasamento histórico.
3. O conceito de cidadania, que desde o início da Era Moderna, vigora nas sociedades desenvolvidas.
4. Aspectos sobre as minorias que gozam, nos dias de hoje, prerrogativas similares às concedidas às majorias.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) alternativa(s)

- a) 1 e 2.
- b) 2 e 3.
- c) 2 e 4.
- d) 2.
- e) 3.

Questão 02

Ainda sobre o conteúdo do texto, pode-se afirmar que

- a) Se trata de um texto literário, uma vez que se encontra redigido na variedade linguística formal.
- b) Se percebem claramente elementos que o fazem ser incluso no tipo narrativo, devido à presença de conotação.
- c) Existe predominância da função de linguagem conativa por haver o objetivo de interpretar o próprio léxico.
- d) Há predominância da função de linguagem metalinguística por tentar convencer o receptor.
- e) Se caracteriza por emitir um ponto de vista com a função de linguagem cognitiva tendo predominância.

Questão 03

A ideia central do texto está na formação de uma sociedade inclusiva em que haja respeito aos direitos do cidadão. Tal ideia se encontra explicitada nos parágrafos:

- a) Todos.
- b) Apenas em 1, 2, 4, 6.
- c) Apenas em 1, 3, 4, 5, 7.
- d) Apenas em 1, 3, 4, 6, 7.
- e) Apenas em 1, 4, 5, 7.

Questão 04

Em seus aspectos gerais, o texto apresenta:

- 1. Variedade linguística formal, sem deslizes ortográficos.
- 2. A palavra “**ágora**” com sentido de espaço onde se reuniam pessoas ilustres possui como parônimo, o termo “**agora**”.
- 3. A palavra relacional “**embora**” que poderia ser substituída por uma reduzida iniciada por “**apesar de**”, sem haver modificação semântica.
- 4. Uma abordagem histórica que insere maior veracidade e credibilidade.
- 5. Uma coesão evidenciada mediante palavras relacionais e termos circunstanciais.

É correto afirmar que:

- a) Todas se encontram corretas.
- b) Apenas quatro estão corretas.
- c) Somente três se encontram corretas.
- d) Apenas duas estão corretas.
- e) Somente uma está correta.

Questão 05

“A ideia de cidadania implica várias abordagens **que, aliás, se transmudaram ao longo da história humana.** A democracia grega, **que se materializava na Ágora pela participação direta dos cristãos,** era, na verdade, exercida pela acentuada minoria dos habitantes, visto que eram dela titulares apenas os homens gregos livres. As mulheres, os escravos e os estrangeiros representavam um número dez vezes maior do que aqueles que votavam.”

Analisando o trecho, nota-se apenas que:

- a) As vírgulas separando a palavra denotativa “**aliás**” respeitam as normas gramaticais vigentes.
- b) Os acentos gráficos usados não estão empregados corretamente.
- c) No último período, há falhas tanto quanto aos sinais de pontuação como de concordância.

- d) O “**quê**” após a palavra “**democracia**” está exercendo função sintática análoga ao “**quê**” antes de “**aqueles**”.
- e) O verbo “**implica**” deveria ser seguido da preposição “**em**” a fim de ficar de acordo com a língua normativa.

Questão 06

Ainda sobre o parágrafo em destaque, examine os itens abaixo no concernente a vários aspectos gramaticais a fim de poder identificar a única alternativa correta.

- 1. “**se transformaram**” a forma verbal se encontra em um tempo cuja ação é incompleta.
- 2. “**minoria**” e “**memória**” são formas variantes da mesma maneira que “**bêbedo**” e “**bêbado**”, “**corrupto**” e “**corruuto**”.
- 3. As orações destacadas, embora estejam com idênticos elementos conectores, divergem semanticamente.
 - a) Todas se encontram sem falha.
 - b) Apenas 3 se encontra correta.
 - c) Somente 1 se encontra correta.
 - d) Apenas a 2 está correta.
 - e) Estão corretas 2 e 3.

Questão 07

Analise o texto em consonância aos itens abaixo, identificando a única alternativa correta.

- a) Nota-se que existem palavras possuidoras de equivalentes homônimos homófonos, mas não homógrafos.
- b) Deveria estar redigido “**desta ideia**” (1º§) e não “ **dessa ideia**”.
- c) “**a semente foi lançada**” (2º§) e “**firmou-se a concepção**” existe respectivamente sujeito agente e paciente. (3º§)
- d) “**a sociedade deve, portanto, ...**” (7º§) há elemento relacional indicativo de conclusão e permaneceria o mesmo sentido se fosse colocado “**pois**”.
- e) Em “**Embora as conquistas...**” (4º§), existe uma relação de concessão cujo sentido permaneceria se fosse empregada a expressão “**na medida em que**”.

Questão 08

“De qualquer modo, a semente **foi lançada** e a construção dessa ideia vem acompanhando a evolução da civilização. O exercício dos poderes políticos, a possibilidade de votar e ser votado, as liberdades individuais e a condição de destinatário das ações estatais, com vistas à implementação da

dignidade da pessoa, são os elementos **que nutrem o complexo conceito de cidadania.**”

No trecho, merece destacar sobre os elementos que

- “foi lançada”, locução verbal, poderia ser trocada pela forma “lança-se”, permanecendo com o mesmo sentido.
- As formas verbais destacadas possuem ambas elemento complementar explícito por um elemento determinante.
- A oração destacada tem um elemento anafórico com função de sujeito e a concordância verbal se encontra correta.
- O termo “**semente**” está, no período, com função idêntica à palavra “**complexo**” e, esta é um termo determinante.
- “foi” é forma verbal que se encontra no passado, formando a voz ativa sintética e o verbo “**nutrem**” está empregado erroneamente, pois deveria estar no singular.

Questão 09

Quanto ao parágrafo em análise, da questão anterior, identifique a única alternativa correta.

- As formas verbais empregadas no parágrafo, em análise, estão indicando possibilidade de a cidadania ser melhor implementada.
- Todas as formas verbais se encontram em tempos simples e possuem formas rizotônicas, não havendo perífrases.
- “**dessa ideia**” e “**da civilização**” possuem idêntico valor sintático e semântico, mas possuindo somente termos determinados.
- As orações do excerto são todas desenvolvidas exercendo valor de adição e adjunto adnominal, portanto inexitem orações nas formas nominais.
- Em “**à implementação**”, o sinal indicativo de crase está sendo usado, pela mesma razão, na expressão “**à distância de cem metros**”.

Questão 10

Texto 2



Em relação ao texto, responda VERDADEIRO ou FALSO.

Na tirinha, percebe-se que existe um sentido ecológico em defesa da natureza e um verbo cuja regência se encontra incorreta.

() Verdadeiro () Falso

Nível Superior
Cargo: Procurador Jurídico

Texto 3

Inclusão: O respeito às diferenças

Pense nas pessoas que você encontrou no dia de hoje, ao longo desta semana, neste mês, neste ano, enfim, em toda a sua vida. Com algumas dessas pessoas, provavelmente a maioria, existe um laço, afetivo ou não, maior ou menor, mas alguma espécie de vínculo. De outras fica apenas a lembrança. Sobre todas elas, no entanto, você pode afirmar com certeza que são bem diferentes entre si.

Ao nos depararmos com essas diferenças, constatamos sempre de novo como Deus, em sua sabedoria, na sua criação, permitiu que a vida fosse ao mesmo tempo tão simples e tão complexa. Somos realmente pequenos em todo o contexto do universo, porém cada um de nós tem um papel que deve ser desempenhado para alcançar o equilíbrio. Cada elemento da criação de Deus é uma peça de um grande quebra-cabeça, mesmo a sua menor parte tem um papel, um jeito de ser montado e mantido em equilíbrio.

Por este lado, as diferenças na sua maioria, mesmo que sejam evidentes e notáveis são aceitas sem estranheza, como parte da diversidade de características entre as pessoas. Algumas diferenças, entretanto, chamam especial atenção. [...] Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido em qualquer grupo social possui um traço que chama especial atenção e acaba afastando aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus, em outras palavras, muitas vezes deixamos de enxergar a pessoa como um todo e só percebemos ou damos atenção a um determinado aspecto. Isso equivaleria a afirmar que de uma pessoa cega só enxergamos seus olhos que não veem como os nossos, mas deixamos de perceber que seus ouvidos, sua boca, seus membros, seus órgãos, enfim, a maior parte de seu corpo tem funcionamento semelhante ao nosso, sem mencionar os seus sentimentos, a sua percepção de mundo, suas habilidades e limites.

Da mesma forma poderíamos citar as demais deficiências (física, mental, auditiva e múltipla) ou outras diferenças como a obesidade, a aparência física, as condições de saúde, (física e mental), a condição social, entre outras. [...]

Se realmente queremos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor e direitos iguais (respeitadas as diferentes necessidades), precisamos reavaliar a maneira como agimos, pensamos e falamos em nossas famílias, em nossas escolas, enfim, em todos os nossos grupos sociais, para proporcionar a todos os indivíduos oportunidades de expressão e afirmação.

Temos que ter sempre em mente que a sociedade somos todos nós. Ou seja, se este movimento começar em você, entre seus irmãos, seus amigos, seus colegas de trabalho, os membros da sua

comunidade, ele pode se tornar poderoso, ele contagia e atinge muitos fazendo a diferença.

www.jornalcaminho.com.br acesso em 25/11/2015

Questão 11

As corretas observações sobre as ideias contidas no texto se encontram nos itens:

1. Percebe-se que o texto é dissertativo opinativo.
 2. Há o sentido de poder formar uma sociedade igualitária no agora, pois há muitos inseridos nesse processo.
 3. As diferenças devem ser respeitadas, pois todos têm direito de participar de um grupo social.
 4. O autor evoca Deus e insere seu pensar de que somos peças d'Ele, movidas segundo Sua vontade e cada um tem seu papel.
 5. A mudança deve começar agora, o transformar-se no cotidiano é uma premência a fim de haver igualdade social.
- a) 1, 2, 4, 5.
b) 1, 3, 4, 5.
c) 1, 2, 5.
d) 1, 2, 3, 4.
e) 2, 3, 4.

Questão 12

“Ao nos depararmos com essas diferenças, constatamos sempre de novo como Deus, em sua sabedoria, na sua criação, permitiu que a vida fosse ao mesmo tempo tão simples e tão complexa. Somos realmente pequenos em todo o contexto do universo, porém cada um de nós tem um papel que deve ser desempenhado para alcançar o equilíbrio. Cada elemento da criação de Deus é uma peça de um grande quebra-cabeça, mesmo a sua menor parte tem um papel, um jeito de ser montado e mantido em equilíbrio.”

Quanto aos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos do parágrafo, analise as alternativas, a fim de poder marcar a única assertiva correta.

- a) A concordância se encontra em desacordo com a língua formal. Exemplo disso é: “**Cada um de nós tem...**”, quando deveria ser “**temos**”.
- b) Os sinais de vírgula se encontram mal colocados, uma vez que deveria ser empregado ponto e vírgula.
- c) As formas verbais todas propiciam indício de que os tempos são indicativos de certeza e não hipotéticos.

- d) As orações existentes no texto apresentam elementos coesivos independentes e dependentes.
- e) Os vocábulos utilizados se encontram todos em seu sentido literal.

Questão 13

Em “... permitiu **que a vida fosse ao mesmo tempo tão simples e tão complexa.**”, a oração em destaque possui valor sintático e semântico idêntico ao encontrado no período da alternativa:

- a) As crianças, oriundas de uma família bem estruturada, possuem melhor atitude diante da problemática social.
- b) Todos estão tão inseridos no processo de mudança que é bem possível, daqui a alguns anos, termos uma sociedade mais humanizada.
- c) Segundo os estudos realizados sobre o cérebro, este é o centro principal do corpo, passível de transformar uma vida, de acordo com o que pusermos nele.
- d) As pessoas que não se solidarizam com os irmãos sofredores, mais necessitados, poderão sofrer remorsos em um avenir.
- e) Alguém falou que poderíamos conseguir todos nossos objetivos, desde que colocássemos o Onipotente em nossas existências.

Questão 14

O parágrafo nos apresenta vários aspectos inerentes à abordagem formal da língua. Analise os itens abaixo:

1. “... **em toda a sua vida.**”, o sintagma nominal não sofrerá mudança de sentido, caso o artigo e o termo indicativo de posse sejam eliminados.
2. “... que a vida **fosse...**”, a forma verbal se encontra em uma forma hipotética do verbo “**ir**”.
3. “**Ao nos depararmos...**” e “... **para alcançar...**” são orações reduzidas, possuindo ambas valor semântico de finalidade.
4. “**quebra-cabeça**” é pluralizado da mesma maneira que “**guarda-roupa**”, visto que o primeiro elemento é verbo e não se pluraliza.
5. Há elemento circunstancial de intensidade e superlativo relativo.

A única alternativa correta é:

- a) Todas estão com erro.
b) Todas se encontram corretas.
c) Apenas uma está correta.
d) Apenas duas estão corretas.
e) Apenas três estão corretas.

Questão 15

“Temos que ter sempre em mente que a sociedade somos todos nós. Ou seja, se este movimento começar em você, entre seus irmãos, seus amigos, seus colegas de trabalho, os membros da sua comunidade, ele pode se tornar poderoso, ele contagia e atinge muitos fazendo a diferença.”

Em observância ao parágrafo em epígrafe, identifique a única alternativa correta.

- a) Há um caso de concordância irregular ou silepse de pessoa, que constitui uma figura de sintaxe, no primeiro período.
- b) Existe uma perífrase verbal, formada com elemento conjuntivo, ligando oração reduzida.
- c) Percebe-se uma forma pronominal átona proclítica que apenas pode ser empregada nesta posição.
- d) Há uma falha em relação à regência, pois **contagia e atinge** não possuem a mesma regência.
- e) “muitos fazendo **a diferença**”, trocando-se o termo em destaque pela forma pronominal, teríamos “**lhe**”.

PROVA: Conhecimentos Específicos

Questão 16

A decorrência natural de se reconhecer personalidade jurídica à pessoa jurídica é o seu enquadramento como sujeito de direito pela ordem jurídica, passando a ter a potencialidade de titularizar relações jurídicas (patrimoniais), como as próprias pessoas humanas.

As pessoas jurídicas não são reconhecidos e assegurados, automaticamente, os direitos da personalidade, admitindo-se, na verdade, uma verdadeira extensão da técnica dos direitos da personalidade para a sua proteção. Ou seja, empresta-se às pessoas jurídicas a técnica de proteção da personalidade para assegurar-lhe tutela jurídica contra violações de seus interesses. Além disso, são reconhecidos às pessoas jurídicas uma série de outros direitos. Assinale a alternativa que não se refere a um direito extensivo à pessoa jurídica.

- a) A pessoa jurídica poderá ser beneficiária da gratuidade judiciária.
- b) A pessoa jurídica conta com a proteção do sigilo industrial ou comercial.
- c) A pessoa Jurídica conta com a proteção do nome comercial.
- d) A pessoa jurídica possui direito ao segredo.
- e) A pessoa jurídica possui direito a concessões públicas para o aproveitamento de recursos minerais a empresas estrangeiras.

Nível Superior
Cargo: Procurador Jurídico

Questão 17

Preceitua Orlando Gomes “ser o negócio jurídico toda declaração de vontade destinada à produção de efeitos jurídicos correspondentes ao intento prático do declarante se reconhecido e garantido por lei”. Dentro do plano da validade do negócio jurídico estão incluídas não apenas as hipóteses de nulidades, mas também, as anulabilidades. Por isso, tanto as nulidades quanto as anulabilidades são espécies do gênero invalidade do negócio jurídico. Diante do exposto, pode-se afirmar:

- a) Apenas alguns interessados poderão suscitar a anulabilidade do negócio jurídico e o magistrado pode conhecer de ofício.
- b) As invalidades dependem de expressa previsão legal, ou seja, somente podem estar caracterizadas por expressa previsão da norma jurídica.
- c) Atendidos os requisitos de validade, o negócio jurídico será inválido e, portanto eivado de nulidade ou anulabilidade.
- d) A anulabilidade viola interesses públicos, cuja proteção interessa a todos, à própria pacificação social.
- e) A nulidade é um vício menos grave que a anulabilidade, compromete apenas interesses particulares.

Questão 18

Podem ser objeto da posse apenas as coisas corpóreas, aquelas que podem ser visualizadas e tocadas. A posse alcança apenas os bens que tenham materialidade e sejam suscetíveis de valor econômico, pois apenas sobre eles é possível exteriorizar um poder fático. Porém, o código civil vigente (2002) adota a teoria objetiva de IHERING, cuja posse não implica necessariamente na apreensão material do bem, mas na exteriorização da propriedade, ou seja, na adoção do possuidor de um comportamento sobre o bem análogo àquele que, ordinariamente, qualquer proprietário assumiria. Diante disto, pode-se afirmar que

- a) A posse sempre recai sobre uma coisa.
- b) A pretensão possessória decorre apenas da posse mediata ou imediata sobre um bem.
- c) A posse não mais corresponde ao mero poder físico sobre a coisa.
- d) Podem ser objeto de posse: a água corrente e o ar.
- e) A eletricidade, por ser um bem incorpóreo, não pode ser suscetível de posse.

Questão 19

Os Princípios de Direito Administrativo serão relevantes para a definição estatal, como normas

orientadoras das condutas do agente público, de forma a buscar a satisfação dos interesses da coletividade. Além dos princípios da supremacia do interesse público sobre o particular e o da indisponibilidade de interesse público, outros princípios que norteiam a administração pública são estabelecidos pela Constituição Federal.

Para uma atuação da atividade administrativa realizada com presteza, e acima de tudo, com um bom desempenho funcional, buscando sempre melhores resultados práticos e com menos desperdícios nas atividades estatais, estamos diante de que princípio?

- a) Princípio da moralidade.
- b) Princípio da eficiência.
- c) Princípio da legalidade.
- d) Princípio da isonomia.
- e) Princípio da publicidade.

Questão 20

Os atos administrativos são atos jurídicos, antes de tudo, ou seja, são decorrência da manifestação da vontade humana, que repercute na esfera jurídica dos cidadãos, não se podendo confundir com os fatos da natureza ou demais acontecimentos alheios à sua atuação de pessoas.

A lei 8.666/93 preceitua que, para a alienação de bens imóveis que foram adquiridos pelo poder público mediante decisão judicial ou dação em pagamento, a Administração Pública poderá se valer de procedimentos licitatórios na modalidade concorrência ou leilão, estando conferindo, ao ente estatal, a possibilidade de optar entre as duas modalidades de licitação, sendo ilícita a utilização de uma terceira, como por exemplo, o convite ou a tomada de preço.

Neste caso do exemplo acima, estamos tratando de que tipo de ato administrativo?

- a) Ato vinculado.
- b) Ato legal.
- c) Ato delegado.
- d) Ato discricionário.
- e) Ato estatal.

Questão 21

A extinção do Contrato Administrativo de concessão é o término do contrato, por qualquer motivo que ponha fim às regras expostas na avença firmada entre o particular e o Poder Público. Portanto, pode-se afirmar que, extinta a concessão

- a) Haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, o que autoriza a ocupação das

instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

- b) Permanecem com o poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário por tempo determinado no contrato administrativo.
- c) Poderá o cedente continuar com a ocupação de apenas as instalações até que este possa firmar outro contrato com o Poder Público.
- d) Mesmo estando o serviço sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, a lei autoriza o cedente a continuar com a concessão do serviço.
- e) Fica proibida a encampação do serviço público.

Questão 22

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, "A ação de Improbidade Administrativa é aquela em que se pretende o reconhecimento judicial de condutas de improbidade na Administração, perpetradas por administradores públicos ou terceiros, e a consequente aplicação das sanções legais, com o escopo de preservar o princípio da moralidade administrativa". Considerados sujeitos ativos a responderem por atos ímprobos, marque a alternativa incorreta.

- a) O servidor ou não, que comete ato de improbidade contra a administração indireta, fundacional ou autárquica de qualquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios e de empresas incorporadas ao patrimônio público.
- b) O agente público que comete ato de improbidade administrativa, contra a administração pública.
- c) Qualquer pessoa que atuar em nome da administração pública ainda que temporariamente e sem remuneração.
- d) O particular, desde que se beneficie, ou concorra para prática do ato.
- e) Os agentes políticos que respondem por crime de responsabilidade, nos moldes previstos na Carta Magna.

Questão 23

Os bens públicos gozam de determinadas prerrogativas decorrentes do regime jurídico de direito que lhes é peculiar. Tais garantias não visam assegurar o direito do ente público (titular do bem), mas sim dos particulares que utilizam estes bens, colocados à disposição da coletividade. A inserção dessas garantias no regime desses bens públicos é corolário da supremacia do interesse público sobre o interesse particular. Diante deste enunciado, assinale a alternativa que não se refere a uma garantia dada a um bem público.

- a) Impenhorabilidade.
- b) Titularidade.
- c) Não onerabilidade.
- d) Imprescritibilidade.
- e) Alienabilidade condicionada.

Questão 24

O Processo Administrativo se configura por uma série concatenada de atos administrativos, respeitando uma ordem posta por lei, com a finalidade específica, ensejando a prática de um ato final. É uma sucessão lógica de atos praticados pela administração pública com a intenção de alcançar um objetivo final, seja a punição de determinado servidor, seja a contratação ou até mesmo a anulação de atos anteriormente praticados. Diante do texto, pode-se afirmar que

- a) O Brasil adotou o sistema de jurisdição única, ou seja o sistema inglês, no qual o processo administrativo se exaure a discussão de matéria com caráter de definitividade, sendo sempre inadmitida a discussão judicial da matéria já decidida na via administrativa.
- b) O processo administrativo depende de provocações de terceiros para ser iniciado.
- c) A lei 8.112/90 estabelece regras específicas aplicadas a alguns tipos de processos administrativos disciplinares, inclusive no âmbito de Estados e Municípios.
- d) A Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso XXXV prevê o princípio da afastabilidade de jurisdição, ao impedir que lesão ou ameaça de lesão seja afastada do poder judiciário.
- e) Pelo princípio da autotutela é garantido à administração pública que os processos administrativos se iniciem *ex officio*.

Questão 25

Durante o curso de uma ação de divórcio litigioso, Amanda, autora da ação, falece, deixando vivos dois filhos, Pedro e José, com 14 (quatorze) e 20 (vinte) anos, respectivamente.

No caso hipotético analisado acima:

- a) O processo será extinto sem resolução de mérito, tendo em vista a ação ser legalmente considerada intransmissível, dessa decisão, cabendo o recurso de Agravo de Instrumento em 10 (dez) dias.
- b) O processo será continuado, sendo José agora o substituto processual de sua falecida genitora, tendo em vista ser maior de idade.
- c) O processo será extinto com resolução de mérito, já que, por não mais existir a autora da presente ação de divórcio, a questão de mérito é tida como solucionada, cabendo,

dessa decisão, o recurso de Apelação, em 8 (oito) dias.

- d) O processo será extinto sem resolução de mérito, tendo em vista a ação ser legalmente considerada intransmissível, dessa decisão, cabendo o recurso de Apelação em 15 (quinze) dias.
- e) O processo será extinto sem resolução de mérito, tendo em vista a ação ser legalmente considerada intransmissível, dessa decisão, cabendo o recurso de Agravo de Instrumento em 15 (quinze) dias.

Questão 26

“O exercício do direito de recorrer submete-se aos ditames legais para a interposição e tramitação do recurso. Não obstante possa o interessado ter direito a recorrer, o recurso somente será admissível se o procedimento utilizado pautar-se estritamente pelos critérios descritos em lei”.

O texto acima trata do seguinte pressuposto de admissibilidade recursal:

- a) Cabimento.
- b) Regularidade Formal.
- c) Procedimentalização.
- d) Legitimidade Recursal.
- e) Preparo.

Questão 27

I – Os atos processuais não dependem de forma determinada, senão quando exigidos expressamente por lei, situação em que, mesmo que atinjam a sua finalidade essencial, serão considerados nulos por erro formal.

II – Em regra, os atos processuais são públicos, podendo correr em segredo de justiça se, por exemplo, disserem respeito à guarda de menores.

III – Os atos do juiz, quando não forem sentença ou decisões interlocutórias e, praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece forma, são denominados despachos.

Estão corretas as afirmações:

- a) Todas.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) Nenhuma.

Questão 28

Caso, no curso do processo, se tornar litigiosa a relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer parte poderá

- a) Propor ação judicial própria em face da outra parte, perante o mesmo juízo.
- b) Requerer que o juiz declare a existência ou não da relação por meio de Decisão Interlocutória.
- c) Requerer que o juiz declare a existência ou não da relação por meio de Sentença.
- d) Propor ação judicial própria em face da outra parte, que deverá ser distribuída por sorteio.
- e) Requerer que o juiz declare a existência ou não da relação por meio de Despacho.

Questão 29

A extinção sem resolução de mérito do processo não obsta que o autor intente de novo a ação, salvo

- a) Quando houver convenção de arbitragem.
- b) Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
- c) Quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada.
- d) Quando o juiz indeferir a petição inicial.
- e) Quando ocorrer confusão entre o autor e réu.

Questão 30

Caberão Embargos de Declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Sobre o recurso em análise, pode-se afirmar que é um efeito gerado por sua interposição:

- a) A suspensão do prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
- b) A interrupção do prazo para interposição de outros recursos para a parte embargada.
- c) A suspensão do prazo para interposição de outros recursos para a parte embargante.
- d) A interrupção do prazo para interposição de outros recursos para qualquer das partes.
- e) Nenhuma das alternativas.

Questão 31

Sobre o recurso adesivo, é incorreto afirmar que:

- a) Tem cabimento, exclusivamente, nos casos de sucumbência recíproca.
- b) Só será admissível na apelação, embargos infringentes, recurso extraordinário e recurso especial.
- c) A desistência do recurso principal não afeta o recurso adesivo.
- d) Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às

condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.

- e) Deverá ser interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal.

Questão 32

O procedimento adotado será o sumário quando:

- a) O valor da causa não exceder 80 (oitenta) vezes o salário mínimo.
- b) Nas causas relativas à capacidade de pessoas.
- c) Nas ações relativas à guarda de menores.
- d) Nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola, qualquer que seja o valor da causa.
- e) Nas ações que versem sobre ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via aérea, qualquer que seja o valor da causa.

Questão 33

Na Constituição Federal do Brasil, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A primeira é composta de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal. O Senado Federal é composto pelos representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Assinale abaixo a alternativa incorreta a respeito da competência exclusiva do Congresso Nacional sem necessidade de sanção presidencial.

- a) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) Autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- c) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- d) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- e) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

Questão 34

A Ordem Econômica brasileira fundamenta-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, objetivando assegurar a todos uma existência digna,

enaltecendo assim o que preconiza a justiça social. O tema é disciplinado por um conjunto de princípios estabelecidos no artigo 170 da Constituição Federal os quais são: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Sobre tais princípios, não podemos afirmar que:

- a) A configuração da soberania se encontra no conceito exato do Estado e caracteriza-se como o poder deste, em dirigir e interferir na ordem econômica, naquilo que for de seu interesse ou da coletividade. Caracteriza-se como uma entidade suprema, uma espécie de fenômeno genérico do poder que apresenta configurações especialíssimas esboçadas nos corpos políticos antigos e atuais.
- b) A livre concorrência pode ser considerada como um dos sustentáculos estruturais da economia nacional. Embora a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, em regra, seja permitida, a sua previsão constitucional foi inspirada na necessidade de esforços para incentivar a presença em massa e contínua de empresas particulares, com condições econômicas e financeiras, desejosas de participar junto com o País, do desenvolvimento e do progresso, oferecendo para tal, condições de garantir força necessária para atuação, sem esquecer, contudo, da livre concorrência, representada pelas micro e pequenas empresas.
- c) O princípio da propriedade privada, já inicialmente mencionado no artigo 5º, XXII, da Constituição Federal, objetiva garantir aos indivíduos que sua propriedade é de responsabilidade pessoal, não tendo o Estado poderes para interferir, sem motivos justificados. No artigo 5º, o tema é abordado de maneira geral, em que o proprietário de alguma coisa tem o direito de usufruir, dispor e reaver o bem; o artigo 170 trata a questão com maior especificidade e aborda a propriedade privada, sob o aspecto dos meios de produção, inseridos na ordem econômica e financeira, configurando-se a liberdade para o desenvolvimento das atividades econômicas mercantis.
- d) A globalização da economia teve, como consequência, o crescimento das relações de consumo na sociedade. O regime jurídico anterior, focado nas relações contratuais, precisou se aperfeiçoar para prever soluções para o novo cenário econômico, oferecendo proteção ao indivíduo consumidor,

considerado a parte frágil em uma relação de consumo, estabelecendo assim normas de proteção e defesa, identificadas como importante instrumento de cidadania. Reprimir o abuso do poder econômico se traduz em conter as medidas que o caracterizam, ou seja, coibir a superioridade de mercados, o aumento arbitrário dos lucros e a eliminação da concorrência. Daí porque a finalidade do Código de Defesa do Consumidor não está apenas em privilegiar alguns sujeitos participantes de relações de consumo e sim constituir um equilíbrio entre os atores econômicos.

- e) A defesa do meio ambiente aparece como objeto de direito coletivo, por necessitar de proteção visto que todos nós temos direito a viver em um ambiente equilibrado, com qualidade de vida. Além da proteção, necessária será a conscientização coletiva, especialmente das esferas públicas, focadas em seu principal gestor, o Estado. Necessária, portanto, a eficácia da proteção do Direito Brasileiro ao meio ambiente, no que diz respeito às ações lesivas do dano e sua relação de causalidade com a fonte degradadora ou poluidora do meio ambiente, em obediência ao disposto no art. 225 "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, ao Poder Público e à coletividade, o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Questão 35

"As Constituições se pretendem eternas, mas não imodificáveis". São palavras de Michel Temer nos ensinando que, embora haja a pretensão de eternidade ao se fazer uma constituição, não se almeja que ela seja inalterável. Sobre as Emendas à Constituição Federal, assinale a assertiva verdadeira:

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- b) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

- c) Um dos itens que não será objeto de deliberação de proposta de emenda constitucional será aquele tendente a abolir o voto obrigatório, direto, secreto, universal e periódico.
- d) Uma proposta poderá ser rejeitada. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- e) O Presidente da República não tem participação no processo constitutivo de uma emenda à Constituição. A única participação que poderia ter o Presidente seria na elaboração de uma PEC (proposta de emenda). A promulgação da emenda à Constituição deverá realizar-se pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com o respectivo número de ordem.

- e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Questão 37

A empresa Servmais Mendes Ltda, contribuinte do ISS – Imposto sobre Serviços, não recolheu o tributo referente aos exercícios de 2005, 2007, 2009 e 2010 e nem sofreu retenção na fonte. Em procedimento regular de fiscalização realizado em 2011, a empresa é visitada pelo fisco que faz a cobrança do imposto devido para todos os períodos. Diante da situação hipotética, assinale a resposta correta:

- a) O fisco agiu corretamente para os exercícios de 2007, 2009 e 2010, uma vez que o prazo decadencial é sempre de 5 (cinco) anos, sem suspensão ou interrupção e, para o caso em comento, contado da ocorrência do fato gerador.
- b) O fisco agiu corretamente para todos os períodos porque ainda não havia ocorrido a decadência. Especificamente na situação relatada, por tratar-se de lançamento por homologação, o *dies a quo* para contagem do prazo decadencial de (05) cinco anos será o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado, ou seja, 2011.
- c) O fisco apenas agiu incorretamente para o exercício de 2005, porque já havia ocorrido a decadência, prazo contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetivado, regra aplicada aos tributos sujeitos ao lançamento por declaração, ao lançamento de ofício, ou ainda ao lançamento por homologação na hipótese de não ter ocorrido o pagamento antecipado.
- d) O fisco não agiu corretamente porque, para o exercício de 2005, já havia ocorrido a prescrição.
- e) O fisco agiu corretamente porque a relação jurídica tributária é obrigacional e compulsória, independente de prazo decadencial e prescricional.

Questão 38

Uma vez ocorrido o fato gerador, estabelece-se a relação jurídica tributária entre o contribuinte e o Fisco, surgindo a obrigação tributária. O lançamento tributário constitui o crédito, ratificando para o contribuinte o dever de recolher determinada importância aos cofres públicos. Nos termos do artigo

Questão 36

De acordo com o art. 166 do texto constitucional tem-se que: “Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum”. Sobre o tema, podemos afirmar que:

- a) Caberá ao Congresso Nacional, na forma do seu regimento, examinar, apreciar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, bem como exercerá o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.
- b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de alguns tipos de despesa, a exemplo das transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual; às diretrizes orçamentárias; ao orçamento anual e aos créditos adicionais, tendo, como limite temporal, o término da votação, no Congresso Nacional, da parte cuja alteração é proposta.
- d) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes, não poderão ser utilizados.

141 do CTN - Código Tributário Nacional, “o crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias”. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) A exigibilidade é característica de direito regularmente constituído. No Direito Tributário, a regra se repete no que diz respeito às hipóteses de suspensão elencadas no art.151 do CTN, ratificando que as causas da suspensão da exigibilidade do crédito tributário pressupõem a sua prévia constituição, o que impede o fisco de realizar o lançamento tributário.
- b) Existem apenas duas hipóteses de exclusão: a anistia e a isenção. Em qualquer dos casos, o contribuinte precisará estar atento para o fato de que não estará dispensado do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito foi excluído, ou dela é consequente.
- c) A prescrição é modalidade de extinção do crédito tributário e se relaciona à perda do direito de ação do fisco em cobrar o tributo, e de toda sua capacidade defensiva, em virtude da sua inércia em agir durante certo tempo. Diferentemente da decadência, o prazo prescricional pode ser suspenso ou interrompido.
- d) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário refere-se à paralisação do curso do processo enquanto perdurar a causa da suspensão. A Administração Tributária fica impossibilitada de efetuar a cobrança. Tem-se como consequências da suspensão: a suspensão dos prazos, caso já tenha sido proposta a ação fiscal; impedimento a que se inicie a contagem dos prazos; a manutenção da exigibilidade do cumprimento das obrigações acessórias dependentes ou consequentes do crédito cuja exigibilidade foi suspensa; a proibição para o fisco proceder à execução fiscal.
- e) A moratória é instrumento que serve ao adiamento da exigibilidade do tributo através da prorrogação do prazo inicial para o seu pagamento. É medida de política fiscal e, difere do parcelamento. Sua ocorrência depende de lei ordinária e apenas o ente tributante titular da competência poderá concedê-la.

Questão 39

Determinado contribuinte impetrou Ação Declaratória de Inexistência de relação jurídica, contra o município

Nível Superior
Cargo: Procurador Jurídico

B para discutir sobre a base de cálculo do tributo cobrado para sua atividade. Tendo recebido a tutela antecipada na ação, deixou de recolher integralmente o tributo, aguardando a decisão definitiva. O fisco realiza ação fiscal no contribuinte, identifica os débitos e, estando o período próximo de ser alcançado pela decadência, realiza o lançamento tributário nos termos legais. Sobre a ação do fisco, identifique a resposta correta:

- a) O fisco errou ao proceder ao lançamento porque a exigibilidade do crédito tributário estava suspensa pela obtenção da tutela antecipada favorável, concedida através da ação impetrada. Nestes casos, o fisco fica impedido de lançar o tributo configurando lesão, ou ameaça a direito do contribuinte.
- b) A suspensão da exigibilidade do crédito por si só, não tem o condão de impedir a atuação do fisco na ação do lançamento e nem poderá suspender ou interromper o prazo decadencial. Ela apenas proíbe o fisco de praticar algumas ações como a inscrição em dívida ativa, o ajuizamento de ação de execução fiscal e a penhora de bens, porém não impossibilita a prática do ato administrativo do lançamento, bem como a sua regular constituição para prevenir a decadência.
- c) O fisco agiu com erro ao cobrar o tributo porque, pela tutela antecipada concedida, a exigibilidade do crédito encontrava-se extinta.
- d) O fisco não agiu acertadamente porque decisão favorável de tutela antecipada não é causa de suspensão da exigibilidade do crédito, fato que só ocorreria se o contribuinte tivesse, como manda a legislação, impetrado inicialmente processo administrativo para depois buscar solução no judiciário.
- e) Considerando que somente o Estado-Juiz possui a prerrogativa de dizer o direito aplicável a um fato concreto, solucionando um conflito de interesses em caráter definitivo, vê-se que o fisco errou ao fazer o lançamento porque a constituição do crédito tributário, nos termos do CTN, sofre interrupção ou suspensão para os casos em que houver ação judicial interposta. Deveria, portanto, esperar a decisão definitiva favorável para realizar o lançamento cabível.

Questão 40

Em uma Federação como o Brasil, o texto constitucional tem como preocupação prover os entes políticos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios – dos recursos necessários para o atendimento de suas próprias despesas. Sobre o tema, podemos afirmar:

- a) No que se refere às receitas de natureza tributária, a Constituição brasileira optou por utilizar um sistema misto de partilha de competência e do produto da arrecadação. Cada um dos entes tributantes tem competência para impor prestações tributárias. A Competência Tributária, contudo, pode ser delegável para as funções legislativas, desde que devidamente acordada entre os entes políticos.
- b) O fato de um ente político não exercer a sua competência é uma prerrogativa para que outra pessoa jurídica de direito público, diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído, a exerça, uma vez que a renúncia de receita não poderá ocorrer.
- c) A competência tributária e a capacidade tributária ativa se confundem por serem a capacidade de figurar no polo ativo da relação jurídica obrigacional tributária.
- d) Pelo princípio da legalidade tributária apenas se admite a criação de tributos através da lei. Uma lei ordinária estabelecerá os procedimentos que a autoridade administrativa lançadora responsável adotará para, se for o caso, desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- e) A competência Tributária Privativa ocorre quando determinado ente político fica com o poder de decretar outros tributos, diferentes dos já constitucionalmente previstos